



Educação para paz e direitos humanos

MULHERES, PAZ E SEGURANÇA

GUIA PRÁTICO DE

APLICAÇÃO LOCAL

OUTUBRO DE 2023





SOBRE O GUIA

Este Guia foi desenvolvido pelo Think Twice Brasil com apoio da campanha global She Builds Peace, uma iniciativa liderada pela International Civil Society Action Network (ICAN) e a Women's Alliance for Security Leadership (WASL).

SOBRE O TTB

Think Twice Brasil (TTB) é uma organização de impacto social fundada em 2013, com a missão de promover Educação para Paz e Direitos Humanos como caminho para a reconciliação individual e coletiva.

Promovemos formações em direitos humanos, cultura de paz e não violência para lideranças de todos os setores, com ênfase para servidores públicos e sociedade civil. Mais de 10.000 pessoas já vivenciaram, virtual e presencialmente, nossas jornadas de aprendizagem.

Para mais informações sobre nossa atuação, acesse www.ttb.org.br ou escreva para contato@ttb.org.br.

Citação recomendada:

Think Twice Brasil (2023), *Mulheres, Paz e Segurança - Guia Prático de aplicação local*.





SUMÁRIO

I. Introdução	1
II. Mulheres, Paz e Segurança	2
III. Implementação local da Res. 1325/2020	4
Passo 1: Preparação	
Passo 2: Coleta e análise de dados	
Passo 3: Definição da estratégia	
Passo 4: Monitoramento e Avaliação	
Passo 5: Parcerias e financiamento	
Passo 6: Comunicação e Engajamento	
Passo 7: Celebração dos resultados	
Anexos	9
Referências	16

Lista de Abreviações:

MPS - Mulheres, Paz e Segurança
ONU - Organizações das Nações Unidas
PNA - Plano Nacional de Ação
ONG - Organização Não Governamental
RES. 1325/2020 - Resolução 1325/2020



I. INTRODUÇÃO

Este Guia Prático tem os objetivos de ampliar o conhecimento sobre a agenda Mulheres, Paz e Segurança no Brasil e informar as comunidades e os governos locais sobre os passos iniciais para implementação de ações e políticas que promovam a inclusão de mais mulheres na construção da paz e segurança.



PARA QUEM SE DESTINA?

Servidoras públicas, educadoras, ativistas, lideranças comunitárias e qualquer pessoa interessada em se comprometer com a construção de paz e segurança em suas localidades.

Ao longo deste documento, você encontrará uma breve descrição sobre a agenda Mulheres, Paz e Segurança e as principais fases para implementação dessa agenda na sua localidade, acompanhadas de referências e modelos de documentos que poderão ser adaptados ao seu contexto.

Todas as informações e reflexões propostas neste Guia se baseiam na pedagogia desenvolvida pelo Think Twice Brasil, que tem as emoções no centro do processo de aprendizagem e considera quatro dimensões de consciência: eu, nós, todos e tudo. Dessa forma, propomos que a implementação da agenda MPS considere aspectos individuais, coletivos e também relacionados à natureza e ao meio ambiente. Aplicamos uma perspectiva latinoamericana, centrada nos estudos feministas, decoloniais e do Bem Viver.

A construção da paz e da segurança é um compromisso ativo e corajoso, que exige revisitar conceitos naturalizados e visões de mundo predominantes. É um convite para descobrir e compreender outras perspectivas, com a convicção de que é possível sonhar e construir um novo mundo em que possamos nos reconciliar com a nossa própria história, com o outro e com a natureza.

Esperamos que este Guia sirva de inspiração e encorajamento para a pavimentação de uma sociedade mais pacífica, segura e inclusiva para todos, sobretudo para mulheres e crianças.





II. MULHERES, PAZ E SEGURANÇA

Em 2000, o Conselho de Segurança da ONU publicou a **Resolução 1325/2020**, mais conhecida como a agenda Mulheres, Paz e Segurança - MPS, em resposta à constatação de que em situações de conflito armado e pós-conflito, **as mulheres e crianças são mais severamente afetadas** e enfrentam impactos desproporcionais. A agenda MPS reconhece também que **as mulheres desempenham um papel fundamental** na prevenção de conflitos, na construção da paz e na estabilidade política e, portanto, busca garantir a participação efetiva de mulheres nas tomadas de decisões estratégicas, sobretudo no que se refere aos processos de paz e segurança.

O grau de violência contra as mulheres é um indicador de uma sociedade mais propensa a conflitos violentos.

Fonte: Caprioli, et. al.



A participação elevada de mulheres na política está associada a uma menor propensão para conflitos armados nacionais e internacionais. *Fonte: Hudson, et al.; Caprioli; Fearon*



Quando mulheres participam das negociações de paz, os acordos alcançados são mais duradouros e melhor implementados. *Fonte: Krause, Krause, and Branfors*



A participação efetiva da sociedade civil, incluindo organizações lideradas por mulheres, em negociações de paz, torna 64% menos provável que um acordo fracasse. *Fonte: Nilsson*



A Res. 1325/2020 é o documento central da agenda MPS e é organizada em 4 pilares, abaixo listados. Ao longo dos anos, a Res. 1325/2020 foi complementada por outros documentos relevantes ([Anexo I](#)).

- **Prevenção:** Destaca a importância de evitar conflitos armados e tratar suas causas estruturais para minimizar o impacto social, sobretudo para mulheres e crianças.
- **Participação:** Enfatiza a necessidade da participação ativa das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão relacionados à paz e segurança.
- **Proteção:** Concentra-se na proteção das mulheres e crianças em situações de conflito armado, incluindo a prevenção da violência sexual e de gênero, bem como o apoio às vítimas.
- **Alívio e Recuperação:** Aborda as necessidades específicas das mulheres em situações de conflito e pós-conflito, incluindo a garantia de acesso a serviços básicos de saúde, educação, justiça e oportunidades econômicas.



Até outubro de 2023, 107 países já haviam adotado um Plano Nacional de Ação - PNA para a agenda MPS, incluindo o Brasil, que publicou a sua primeira versão em 2017. O primeiro PNA brasileiro se concentrou em tratar de atividades e relações ligadas ao cenário internacional, como por exemplo, aumentar a participação de mulheres nas missões humanitárias. A segunda versão do PNA brasileiro foi divulgada em outubro de 2023 e já contempla temas importantes para o território nacional, como resiliência climática, violência online e controle da posse e porte de armas. No entanto, até o momento da finalização deste Guia, não havia informações detalhadas sobre o cronograma de implementação do novo PNA.



O QUE É UM PNA?

Plano Nacional de Ação é um documento adotado pelos países para incorporar e garantir a implementação da Resolução 1325/2020 conforme seus contextos, prioridades e capacidades.

É importante destacar que o processo de colonização do Brasil e da América Latina introduziu a violência como ferramenta legítima de dominação e controle, passando a compor a estrutura social, econômica e política do país. O legado da colonização reproduz desigualdades e violências para toda a sociedade, mas em especial para os grupos historicamente minorizados, como mulheres, indígenas, pessoas negras, deficientes, LGBTQIA+, refugiadas, crianças e idosos. A construção da paz sustentável passa não somente por eliminar a violência evidente, mas sobretudo por transformar as estruturas que perpetuam as violências de maneira silenciosa.

PAZ NEGATIVA

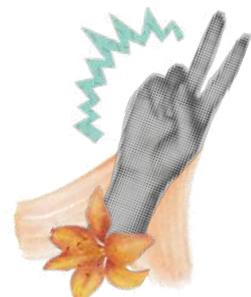
Ausência formal de violência armada, mas com a manutenção de relações desiguais de poder, silenciamento de conflitos e sensação de medo e insegurança.

PAZ POSITIVA

Ausência de violência armada acompanhada da transformação sistêmica das relações, instituições e estruturas que sustentavam a violência e a desigualdade.

Boas perguntas para gerar reflexões sobre o tema:

- O que é paz para você?
- O que é paz para a comunidade?
- O que te impede, como indivíduo, a viver em paz?
- Como seria a vida sem a sensação iminente de violência e insegurança?





Estudos comprovam que a violência se transmite pelas gerações e também pelo ambiente em que habitamos*. Comunidades violentas tendem a influenciar outras comunidades próximas a internalizar a violência, gerando um ciclo vicioso que tem a violência como fio condutor. Mas assim como a violência é contagiosa, a paz também é. Por esse motivo, a localização do PNA brasileiro pode servir como uma ferramenta de reparação histórica das desigualdades e violências estruturais, assim como uma catalisadora de mudanças sistêmicas, promovendo paz, inclusão, prosperidade e segurança para a comunidade.

Entre 29 países, o Brasil está em 3o. lugar com relação à sensação de violência e insegurança experimentada pela sociedade. Fonte Ipsos, 2023



O QUE É A LOCALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA?

É o processo de adaptar uma política nacional ao contexto local, com o objetivo de atender às necessidades e realidades específicas de uma determinada região ou comunidade.

III. IMPLEMENTAÇÃO LOCAL DA RES. 1325/20

A implementação local da agenda MPS pode ser um passo importante para promover a igualdade de gênero, prevenir a violência e fortalecer a participação das mulheres na construção da paz e segurança para a região. A seguir propomos um plano de ação simples e objetivo para apoiar lideranças na articulação e implementação dessa agenda em seus territórios.



• PASSO 1 - Preparação

A fase de preparação se inicia compondo um pequeno grupo de trabalho que se encarregará de planejar e gerenciar todas as atividades, definindo a vigência do projeto e os recursos necessários para a implementação de cada atividade. Para facilitar a visualização dos primeiros passos, faça um exercício coletivo para levantar a documentação já existente sobre o tema, identificar as pessoas, organizações, movimentos e instituições que são importantes de serem consideradas nas discussões sobre o tema ([Anexo II](#)).

*National Research Council. 2013. Contagion of Violence: Workshop Summary.



GARANTA DIVERSIDADE E INCLUSÃO:

Busque ativamente por diversidade de identidades e opiniões para compor o grupo de trabalho. Esse deve ser um projeto de todos e para todos.

QUEM?

Mulheres, jovens, pessoas negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, com deficiência, LGBTQIA+, idosas, refugiadas, são alguns exemplos de pessoas e grupos que devem ser incluídos ativamente em todo o processo.

FAZENDO O QUE?

Vereadoras, lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil, educadores, polícias, secretarias municipais, defensores públicos, procuradores, juízes e estudantes, por exemplo.

Uma vez mapeadas as partes interessadas, convoque-as para um encontro presencial ou virtual, para apresentar a intenção do projeto, colher impressões e montar um grupo de trabalho com representantes diversos. Nessa oportunidade, identifique também como cada parte interessada poderá contribuir.

Busque apoio de especialistas que possam acompanhar essa preparação e oferecer formação teórica e prática sobre o tema para o grupo inicial de trabalho. O [Think Twice Brasil](#) e a [Escola de Mudadores](#) reúnem materiais e videoaulas gratuitos sobre o tema.

• PASSO 2 - Coleta de dados e análise

Para implementar um projeto com eficiência e responsabilidade, é muito importante levantar evidências sobre o assunto. Para isso, na fase de coleta de dados é essencial mapear a legislação já existente sobre o tema ([Anexo III](#)), levantar estudos e dados atuais e, preferencialmente, aplicar uma nova pesquisa específica para o território em que será implementado o projeto, com a intenção de identificar as necessidades específicas dessa região. Acesse um modelo de pesquisa no [Anexo IV](#).

Além do levantamento desses dados, é importante mapear a proporção da participação das mulheres em cargos públicos, assim como a incidência de questões específicas sobre o território, tais como os impactos da emergência climática, crime organizado e insegurança alimentar, por exemplo.

Boas perguntas para gerar reflexões sobre o tema:

- Qual a proporção de mulheres na Câmara de Vereadores e na Prefeitura ou Subprefeitura?
- Quantas mulheres compõem a liderança das forças de segurança na região?



Após o levantamento dessas informações, pode ser que se descubra que há pouquíssimas mulheres na política ou que o nível de violência doméstica aumentou nos últimos anos. Com base nesses dados, será possível ter uma visão mais profunda da realidade da região e identificar quais são as áreas que merecem atenção prioritária.

• PASSO 3 - Definição da estratégia

Com as partes interessadas envolvidas e os dados atuais da região levantados, é o momento de definir a estratégia de implementação do projeto, que consiste em estabelecer quais serão os objetivos a serem alcançados, as atividades necessárias para chegar a eles e a vigência do plano de ação.

Para facilitar a definição dos objetivos e atividades, é possível se inspirar nos 4 pilares fundamentais da Res. 1325/20 (ao lado) e também no PNA brasileiro. >>>>

- **Prevenção**
- **Participação**
- **Proteção**
- **Alívio e Recuperação**

Entre as ações possíveis, estão a criação de projetos de lei que promovam maior participação das mulheres em cargos públicos ou que definam planos de enfrentamento da violência contra a mulher, formação de lideranças sobre o tema e implementação de medidas preventivas em locais com maior propensão à violência.

Pode acontecer de serem identificadas muitas ações necessárias. Nesse caso, destaque aquelas cujos recursos para implementação já estão disponíveis e comece por elas. Defina também o prazo de vigência do projeto, que pode ser de 1, 2 ou até mesmo 4 anos. Isso facilita o acompanhamento das ações e a compreensão dos avanços alcançados.

• PASSO 4 - Monitoramento e Avaliação

A criação de indicadores de monitoramento tem a intenção de medir o progresso na implementação do projeto e coletar dados relevantes para que sejam realizados eventuais ajustes. Sem esse monitoramento é impossível constatar se as ações propostas geraram mudanças positivas.

Além do acompanhamento constante, é essencial também realizar uma avaliação periódica para identificar desafios e oportunidades de melhoria, além de verificar se o objetivo principal está próximo de ser alcançado. No [Anexo V](#), sugerimos um modelo de planilha de monitoramento das ações, que poderá ser adaptado conforme as características do projeto.



Se o projeto tiver vigência de 2 anos, por exemplo, realize duas avaliações: uma ao final do primeiro ano de implementação e a outra quando o projeto se encerrar.



• PASSO 5 - Parcerias e financiamento

A implementação responsável e eficiente da agenda MPS é um projeto de médio/longo prazo e requer a articulação de muitos atores sociais e a mobilização de recursos humanos e financeiros. É importante desenvolver uma estratégia que garanta o orçamento para a implementação das atividades, acompanhada de uma prestação de contas pública e transparente. Abaixo estão algumas sugestões de financiamento para a implementação da agenda:

- **Recursos públicos:** Os governos locais, estaduais e nacionais podem alocar orçamento, por meio de emendas parlamentares ou outras fontes.
- **Organizações Não Governamentais (ONGs) e Fundações:** Organizações que trabalham com questões de gênero, direitos das mulheres, direitos humanos e construção da paz, além de serem potenciais parceiras na implementação do projeto, podem oferecer recursos financeiros para sua realização.
- **Doações e Investimento Social Privado:** Empresas podem realizar doações pontuais, planejar um investimento contínuo por um prazo determinado ou oferecer gratuitamente um produto ou serviço que seja relevante para o projeto.
- **Programas de financiamento internacional:** Há programas de financiamento internacionais específicos para a promoção da agenda MPS, inclusive com foco para países da América Latina, como o Fundo Global para Mulheres e o Fundo das Nações Unidas para a População.
- **Crowdfunding:** Realizar campanhas de arrecadação de fundos online por meio de plataformas de crowdfunding pode envolver toda a população local na arrecadação de recursos.
- **Parcerias com Universidades, Pesquisadores e Instituições de Pesquisa:** Para o levantamento e análise dos dados, é possível realizar parcerias com instituições de ensino e pesquisa da região.



O processo de captação de recursos pode ser lento e desafiador, por isso, busque **fortalecer o diálogo e o apoio mútuo** entre os participantes do grupo de trabalho responsável por desenvolver e implementar o projeto para que se mantenham confiantes no processo. Considere ajustes ao projeto sempre que um recurso não for alcançado. Buscar parcerias pro bono, voluntários e permutas são opções possíveis.

• PASSO 6 - Comunicação e Engajamento

Comunicar e engajar eficientemente a comunidade em um projeto local sobre MPS requer uma estratégia inclusiva, informativa e envolvente, que pode combinar ações de formação educacional sobre o tema, campanhas nas redes sociais e eventos comunitários.



Abaixo estão algumas sugestões para comunicar o projeto e engajar a comunidade:

- **Palestras e Oficinas:** Realize eventos educativos sobre a agenda MPS, explicando os princípios e objetivos do projeto. Utilize mídias sociais, folhetos, cartazes e eventos públicos para compartilhar informações.
- **Criação de Narrativa e Histórias Impactantes:** Colete histórias reais e pessoais para ilustrar a importância da agenda MPS em sua comunidade. Histórias de mulheres locais podem criar empatia e aproximar as pessoas do tema.
- **Mídias Sociais e Campanhas Online:** Marque sua presença nas redes sociais, compartilhando informações sobre o projeto e notícias atualizadas sobre o tema. Use hashtags relevantes para ampliar o alcance e interaja com o público.
- **Campanhas de Sensibilização:** Realize campanhas de sensibilização regulares, especialmente em momentos-chave, como o Dia Internacional da Mulher ou o Dia Internacional da Paz. Consulte o calendário de datas marcantes ([Anexo 8](#)) para planejar as ações.
- **Líderes Comunitários:** Envolver ativamente as lideranças comunitárias e figuras de destaque na região, sobretudo as mulheres, para ampliar a notoriedade e dar mais credibilidade ao projeto.
- **Capacitação:** Ofereça treinamentos e oportunidades para mulheres da comunidade de formarem adequadamente para desempenhar papéis ativos na promoção da paz e segurança.
- **Compartilhamento de Resultados:** Mantenha registros públicos das realizações do projeto e da prestação de contas. Isso ajuda a demonstrar o impacto positivo da agenda MPS.

Importante destacar que a comunicação eficaz deve ser adaptada à cultura e às necessidades específicas da comunidade. Manter a transparência e estar aberto às opiniões divergentes é fundamental para sustentar a coerência do projeto.

• PASSO 7 - Celebração dos resultados

Muitas de nós frequentemente alcança pequenos e grandes feitos e dedica pouco ou quase nenhum tempo para celebrá-los. A implementação de um projeto de MPS é, por si só, um motivo louvável e que merece admiração e reconhecimento. Ao longo e ao final do projeto, **organize pausas para reconhecer o alcance e celebrar os resultados.** Esse momento também poderá trazer recomendações do que pode ser melhorado, mas apresentará, sobretudo, o que é digno de ser comemorado.

Reconheça os colaboradores diretos e indiretos, voluntários, financiadores e membros da comunidade que contribuíram para o projeto, além de compartilhar histórias inspiradoras que demonstram o impacto positivo nas vidas das pessoas. Essa celebração não apenas reconhece o esforço conjunto, mas também reforça o senso de comunidade e promove o espírito de continuidade em direção a um futuro melhor com a efetiva inclusão de Mulheres e a promoção da paz e da segurança.





ANEXO I

Abaixo está uma lista indicando as principais resoluções da ONU complementares à Res. 1325/2020 até outubro de 2023.

Resolução	Tema
1820/2008	Aborda especificamente a questão da violência sexual em conflitos armados.
1888/2009	Fortalece as medidas de combate à violência sexual em conflitos armados e a impunidade dos perpetradores.
1889/2009	Instrui sobre a implementação da Resolução 1325 e em fortalecer o papel das mulheres nas operações de paz e na reconstrução pós-conflito.
1960/2010	Aborda a questão da justiça e responsabilização pelos crimes de violência sexual em conflitos armados.
2106/2013	Reforça a importância da prevenção da violência sexual e promove a integração da perspectiva de gênero em operações de paz.
2122/2013	Foca na participação das mulheres nos processos de paz e na mediação de conflitos.
2242/2015	Reforça o compromisso com a implementação das resoluções anteriores e chama a atenção para o papel das mulheres na luta contra o extremismo violento.
2467/2019	Enfatiza a importância de promover a justiça e responsabilizar os perpetradores de violência sexual em conflitos armados.
2493/2019	Aborda questões de desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes e reconhece a importância de incluir uma perspectiva de gênero nesses processos.
2538/2020	Estimula a participação de mulheres em posições de liderança nas missões especiais e nas operações de manutenção de paz.



ANEXO II

Utilize o modelo abaixo para inspirar as reflexões iniciais sobre o projeto de implementação local da agenda MPS e ajuste a planilha conforme sentir necessidade.

<p>Legislação local sobre o tema</p> <p>Quais leis e/ou projetos de lei tem relação com o enfrentamento da violência contra mulheres e crianças e a promoção de liderança feminina?</p>	<p>Estudos, pesquisas e informações atualizadas sobre a região</p> <p>Quais são os dados atuais sobre violência e a participação de mulheres em posições de liderança?</p>
<p>Lideranças políticas</p> <p>Quem são os políticos que podem colaborar com essa causa?</p>	<p>ONGS, coletivos e lideranças femininas</p> <p>Quais são as organizações, movimentos e lideranças femininas que trabalham para enfrentar a violência contra mulheres e crianças e para ampliar a participação feminina em cargos de relevância?</p>
<p>Recursos disponíveis</p> <p>Quais são os recursos já disponíveis para iniciar o projeto?</p>	<p>Combinados do Grupo de trabalho</p> <p>Quais são os combinados definidos pelas participantes do grupo de trabalho?</p>



ANEXO III

Abaixo está uma lista indicando algumas das principais leis nacionais sobre o enfrentamento da violência contra mulheres, crianças e jovens, assim como sobre a inclusão de mulheres em posições de liderança em todos os setores. Nos espaços em branco, insira outras legislações pertinentes ao seu contexto.

Lei no.	Nome	Tema
8.069/1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Estabelece direitos fundamentais, garantias e medidas de proteção, prevenção e punição da violência contra crianças e adolescentes. Aborda questões como a proteção contra maus-tratos, abuso sexual, negligência, trabalho infantil e exploração.
9.504/1997	Lei das Cotas para Mulheres nas Eleições	Estabelece que um percentual mínimo de candidaturas nas eleições devem ser reservadas para mulheres.
9.799/1999	Lei de Incentivo à Igualdade de Gênero no Trabalho	Dispõe sobre a criação de prêmios e incentivos a empresas que se destacam na promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho, o que pode impactar positivamente a presença de mulheres em cargos de liderança.
11.340/2006	Lei Maria da Penha	Define medidas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e cria mecanismos para prevenir, punir e erradicar a violência de gênero.
12.737/2012	Lei Carolina Dieckmann	Combate o uso indevido da internet para a obtenção de informações e registros pessoais, sem consentimento da vítima, com o objetivo de extorsão.
12.978/2014	Lei de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Reforça as penalidades para crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como o uso de crianças em pornografia.
12.845/2013	Lei do Minuto Seguinte	Estabelece garantias às vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, e informações sobre acesso a direitos fundamentais.
12.650/2015	Lei Joana Maranhão	Define que a prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes passa a valer após a vítima completar 18 anos e o prazo para denúncia é de 20 anos.
13.104/2015	Lei do Femicídio	Altera o Código Penal Brasileiro para incluir o feminicídio como um tipo específico de homicídio, caracterizado quando a vítima é morta em decorrência de sua condição de gênero.
13.431/2017	Lei do Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência	Estabelece diretrizes para a implementação de políticas de atenção às vítimas de violência, incluindo crianças e adolescentes.



ANEXO IV

Utilize o modelo abaixo para inspirar as reflexões iniciais sobre o projeto de implementação local da agenda MPS e ajuste as perguntas para refletir o contexto da sua comunidade.

Pesquisa sobre Mulheres, Paz e segurança

Este formulário tem o objetivo de coletar informações sobre as diferentes formas de violência enfrentadas pelas mulheres em nossa comunidade, assim como sobre o seu conhecimento sobre o tema "Mulheres, Paz e Segurança".. A participação é anônima.

Informações Demográficas:

- Idade:
- Gênero:
- Bairro/Localidade em que reside:
- Você mora na região há quanto tempo?

Você já foi vítima de violência doméstica? (Física, psicológica, sexual, econômica)

- Sim
- Não
- Não quero responder

Você já sofreu assédio sexual em público ou no trabalho?

- Sim
- Não
- Não quero responder

Você já testemunhou ou foi vítima de violência na comunidade? (Por exemplo, agressão física, ameaças, vandalismo)

- Sim
- Não
- Não quero responder

Se você ou alguém que você conhece foi vítima de violência, procurou ajuda ou denunciou a situação?

- Sim
- Não
- Não quero responder

Você já testemunhou ou foi vítima de violência cometida por um servidor quando precisou utilizar um serviço público?

- Sim
- Não
- Não quero responder

Como você descreveria o nível de segurança em nossa comunidade?

- Muito seguro
- Seguro
- Nem seguro nem inseguro
- Inseguro
- Muito inseguro
-

Escolha 3 temas que, na sua opinião, são mais observados na sua região:

- Racismo
- Milícias e crime organizado
- Grilagem e desmatamento
- Ameaças aos povos e territórios indígenas
- Insegurança alimentar e nutricional
- Violência doméstica
- Violência sexual
- Violência política de gênero
- Violência policial
- Discriminação (pessoas LGBTQIA+, deficiência, refugiados, etc)
- Violação de direitos sexuais e reprodutivos
- Ameaças a defensoras dos Direitos Humanos
- Outro



ANEXO IV

Você acredita que as mulheres em nossa comunidade têm voz ativa nas decisões relacionadas à segurança e à paz?

- Sim
- Não
- Não sei/não quero responder

Em sua opinião, as mulheres têm igualdade de oportunidades para ocupar posições de liderança em nossa comunidade?

- Sim
- Não
- Não sei/Não tenho certeza

Quais são, na sua opinião, os principais obstáculos que as mulheres enfrentam ao buscar cargos de liderança? (Marque todas as que se aplicam)

- Discriminação de gênero
- Estereótipos de gênero
- Falta de oportunidades de desenvolvimento profissional
- Falta de apoio da comunidade
- Dificuldades de conciliação entre trabalho e vida pessoal
- Outros (especifique)

Você sabe sobre o que trata a agenda "Mulheres, paz e segurança" e como ela pode afetar a sua vida?

- Sim
- Não
- Não sei/Não tenho certeza

Você gostaria de compartilhar mais informações, comentários ou sugestões relacionados à segurança das mulheres em nossa cidade?

Agradecemos por sua participação. Suas respostas são importantes para enfrentarmos a violência e promovermos mais paz e segurança.



ANEXO V

Utilize o modelo abaixo para inspirar a definição dos objetivos, atividades e indicadores de monitoramento e avaliação.

Objetivo	Atividades	Indicadores	Recursos	Situação Inicial	Situação Ideal	Prazo
Aumentar a participação de mulheres em processos de tomada de decisão local	Realizar workshops de conscientização sobre a agenda de MPS para agentes públicos.	10 workshops realizados em 1 ano	R\$ XX	10% das posições de liderança no poder executivo são ocupadas por mulheres.	25% das posições de liderança no poder executivo são ocupadas por mulheres.	2 anos
	Formar grupos de mulheres para se candidatar a cargos públicos.	Formar 200 mulheres em 1 ano	R\$ XX			



ANEXO VI

Abaixo você encontrará um calendário com as principais datas nacionais e internacionais relacionadas à agenda MPS.

Mês	Dia	Tema
Janeiro	29	Dia Nacional da Visibilidade Trans
Março	8	Dia Internacional da Mulher
	21	Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial
Abril	19	Dia dos Povos Indígenas
Maio	17	Dia Internacional contra a Homofobia
	18	Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Julho	25	Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana
Agosto	9	Dia Internacional dos Povos Indígenas
	28	Dia Nacional do Voluntariado
Setembro	21	Dia Internacional da Paz Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência
Outubro	10	Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher
	11	Dia Internacional da Menina
Novembro	20	Dia da Consciência Negra
	25	Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher
Dezembro	3	Dia Internacional das Pessoas com Deficiência
	10	Dia Internacional dos Direitos Humanos



REFERÊNCIAS

- Caprioli, M. (2003). Gender equality and state aggression: The impact of domestic gender equality on state first use of force. *International Interactions*, 29(3), 195-214. <https://doi.org/10.1080/03050620304595>
- Caprioli, M., Hudson, V. M., McDermott, R., Emmett, C., & Ballif-Spanvill, B. (2007). Putting women in their place. *Baker Journal of Applied Public Policy*, 1(1), 12-22.
- Cheung, J., Gursel, D., Kirchner, M. J., & Scheyer, V. (2021). Practicing feminist foreign policy in the everyday: a toolkit. *Internationale Frauenliga für Frieden und Freiheit Deutschland*. <https://eu.boell.org/en/practicing-feminist-foreign-policy-everyday-toolkit>
- Crespo-Sancho, C. 2017. "The Role of Gender in the Prevention of Violent Conflict." Background paper for the United Nations-World Bank Flagship Study, *Pathways for Peace: Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict*. World Bank.
- Hudson, V. M., Caprioli, M., Ballif-Spanvill, B., McDermott, R., & Emmett, C. F. (2009). The heart of the matter: The security of women and the security of states. *International Security*, 33(3), 7-45. <https://doi.org/10.1162/isec.2009.33.3.7>
- Hudson, V. M., Caprioli, M., Bowen, D. L., & McDermott, R. (2023). *Sex and world peace*. Columbia University Press. <https://doi.org/10.1017/S1537592714000097>
- Krause, J., Krause, W., & Bränfors, P. (2018). Women's participation in peace negotiations and the durability of peace. *International interactions*, 44(6), 985-1016. <https://doi.org/10.1080/03050629.2018.1492386>
- Melander, E. (2005). Gender equality and intrastate armed conflict. *International Studies Quarterly*, 49(4), 695-714. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2478.2005.00384.x>
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2017). Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança. <https://funag.gov.br/loja/download/1209-Plano-Nacional-de-Acao-sobre-Mulheres-Paz-e-Seguranca.pdf>
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2023). II Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança: Etapa 1. <https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/2023-10-25-minuta-ii-pna-mps-etapa-i-pt.pdf>
- Nilsson, D. (2012). Anchoring the peace: Civil society actors in peace accords and durable peace. *International Interactions*, 38(2), 243-266. <https://doi.org/10.1080/03050629.2012.659139>
- Patel, D. M., Simon, M. A., & Taylor, R. M. (2013). Contagion of Violence. Workshop summary. The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/13489>
- Vision of Humanity (2022). Positive Peace Report 2022: Analysing the factors that build, predict and sustain peace. <https://www.visionofhumanity.org/positive-peace-report-2022-analysing-the-factors-that-build-predict-and-sustain-peace/>